

OECD *Multilingual Summaries*

Development Co-operation Report 2015

Making Partnerships Effective Coalitions for Action

Summary in Portuguese



Leia todo o livro em: [10.1787/dcr-2015-en](https://doi.org/10.1787/dcr-2015-en)

Relatório sobre Cooperação para o Desenvolvimento 2015

Fazer das parcerias coligações eficazes para a ação

Sumário em Português

Os esforços de desenvolvimento envidados pela comunidade internacional ao longo dos últimos 60 anos tiveram um impacto mensurável na redução da pobreza, no melhoramento da saúde humana e na resolução de outros desafios prementes. No entanto, a fragmentação ao nível das iniciativas, os conflitos entre prioridades e a falta de coordenação das abordagens continuam a levantar entraves ao progresso.

Ao mesmo tempo, no nosso mundo cada vez mais interligado e globalizado, as fronteiras nacionais estão a tornar-se mais esbatidas: a noção de soberania do Estado que estava subjacente às formas tradicionais de cooperação internacional está a ser cada vez mais contestada.

A necessidade de uma ação coordenada é, agora, mais urgente do que nunca. A ONU liderou a formulação de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ambiciosos, universais e de longo alcance, que deverão ser concretizados até 2030. Para concretizar estas metas, vai ser essencial uma cooperação melhorada e alargada no seio de um sistema de governação global apoiado por mecanismos adequados de responsabilização mútua.

As parcerias são fortes impulsionadores do desenvolvimento

Apesar de haver um consenso geral de que as parcerias são cruciais para impulsionar uma ação coletiva tendo em vista a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, o termo “parcerias” abrange abordagens, estruturas e finalidades diferentes, o que faz com que seja difícil, ou até impossível, tecer generalizações sobre as mesmas.

Ao mesmo tempo, e apesar de terem um cariz universal e serem aplicáveis a todos os países, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio assentam no respeito pela diversidade – dos contextos, necessidades, capacidades, políticas e prioridades, entre outros. Para resultarem, é essencial que as parcerias que visam a concretização destas metas globais sejam impulsionadas pelas prioridades de cada país individualmente.

Neste contexto, há três princípios norteadores que podem ajudar a concretizar todo o potencial das parcerias após 2015:

- **1 - Responsabilização pelas ações** . Responsabilização significa prestar contas pelo que foi feito ou não e, neste último caso, aceitar potenciais sanções pela falta de cumprimento dos compromissos. Apesar de a responsabilização assegurada pelos governos continuar a estar no centro das ações pós-2015, as atuais parcerias para o desenvolvimento congregam uma diversidade de partes interessadas: governos nacionais, parlamentos, sociedade civil, organizações filantrópicas, organizações multilaterais, empresas e muitos outros – designadamente as comunidades afetadas pelas iniciativas que visam o desenvolvimento. Apesar de utilizarem princípios de eficácia do desenvolvimento comuns, muitos dos atuais quadros de responsabilização assentam no reconhecimento de que diferentes partes interessadas podem

abordar uma agenda de desenvolvimento comum de formas diferentes. Este reconhecimento gera confiança e respeito mútuo, duas características que constituem o fulcro da responsabilização. Assim sendo, como gerir a responsabilização no seio da complexidade crescente da cooperação internacional? São necessárias novas formas de responsabilização mútua, juntamente com compromissos passíveis de ser medidos e normas que sejam reavaliadas e atualizadas de forma contínua para que os compromissos mantenham toda a sua relevância e capacidade de resposta, bem como para assegurar a partilha de compromissos e uma dinâmica ao nível político. É também fundamental garantir a representatividade de todos os parceiros nos mecanismos da governação, e assegurar que as suas vozes são ouvidas.

- **2 - Ação coordenada e eficaz** . Com a crescente diversidade dos parceiros envolvidos na cooperação para o desenvolvimento, é mais importante do que nunca evitar a duplicação de esforços e a fragmentação – problemas que desde há muito criam barreiras à eficácia da cooperação para o desenvolvimento. Apesar de a eficácia das medidas pós 2015 poder ser em larga medida facilitada se as parcerias incidirem em questões ou setores específicos – como a saúde, educação e energia sustentável – isto não significa que a melhor solução sejam mais parcerias de maior dimensão; a experiência mostra que isto pode prejudicar o progresso em vez de o promover. As parcerias racionalizadas, que integram os intervenientes e as estruturas existentes, reduzem a fragmentação ou sobreposição das ações e aliviam o encargo administrativo e de prestação de contas para os países em desenvolvimento, melhorando assim a concretização e o impacto. As parcerias, incluindo as parcerias entre os setores público e privado, podem também ajudar a aumentar a escala, alargando o alcance das soluções de desenvolvimento a elevados números de beneficiários em condições que os governos, empresas ou organizações filantrópicas não conseguem normalmente assegurar sozinhos. Por último – mas nem por isso menos importante – uma liderança forte e empenhada confere às parcerias o ímpeto de que necessitam para lidar com desafios complexos em matéria de desenvolvimento, para se manterem firmes no percurso a seguir e mobilizarem os recursos humanos e financeiros necessários à conclusão das tarefas.
- **3 - Ação assente na experiência** . A reforma da cooperação para o desenvolvimento global para fazer face aos atuais desafios do desenvolvimento exige mudanças de comportamentos e de perspetivas. Para conseguir essas mudanças, é essencial dialogar e aprender com a experiência. As 11 histórias de casos incluídas neste relatório representam diferentes experiências e abordagens com parcerias, mas há contudo um aspeto que todas partilham: uma tónica na importância de aprender com a experiência, partilhar conhecimentos e destilar os ensinamentos e boas práticas. A cooperação Sul-Sul é um veículo importante para a partilha de conhecimentos, permitindo aos países a aplicação dos ensinamentos colhidos diretamente através da experiência de outros aquando da criação das suas próprias políticas e programas. Os mecanismos de responsabilização contribuem para aprender com a experiência, potenciando a qualidade da cooperação para o desenvolvimento de modo a melhorar o seu impacto e relevância. Estes mecanismos vão desde as avaliações pelos pares que incidem na forma de enquadramento, gestão e concretização da cooperação para o desenvolvimento, aos ciclos de monitorização, prestação de contas e avaliação que são utilizados para apoiar a adaptação contínua.

As parcerias pós-2015 vão criar funções novas e evolutivas

A concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável vai obrigar a um forte envolvimento por parte de inúmeros intervenientes, incluindo:

- o setor privado, para a criação de emprego, desenvolvimento de tecnologias e investimento
- a sociedade civil, para exigir dos parceiros de cooperação a prestação de contas, pressionando para que sejam tomadas medidas relativamente aos compromissos nacionais e globais, e para que seja feita uma fiscalização que assegure o investimento produtivo e responsável dos recursos públicos.

Isto implica uma mudança ao nível das funções dos governos que tradicionalmente são considerados como os principais financiadores do desenvolvimento.

Um quadro de políticas para as parcerias pós-2015

O Relatório de Cooperação para o Desenvolvimento 2015 explora o papel desempenhado pelas parcerias na criação do equilíbrio necessário entre soberania e subsidiariedade, inclusão e diferenciação,

coerência e especialização tendo em vista a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Retirando ensinamentos das experiências havidas, o relatório propõe dez fatores de sucesso que constituem um quadro de implementação e monitorização para fazer com que as parcerias sejam coligações eficazes para a ação:

- 1. Assegurar liderança de alto nível.
- 2. Garantir que as parcerias são lideradas pelos países e vocacionadas para o contexto específico.
- 3. Evitar a duplicação de esforços e a fragmentação.
- 4. Assegurar uma governação inclusiva e transparente.
- 5. Aplicar o tipo correto de modelo de parceria ao desafio existente.
- 6. Acordar princípios, metas, planos de implementação e mecanismos de aplicação.
- 7. Clarificar funções e responsabilidades.
- 8. Manter uma orientação clara para os resultados.
- 9. Medir e monitorizar os progressos relativamente às metas e objetivos.
- 10. Mobilizar os recursos financeiros necessários e utilizá-los de forma eficaz.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE www.oecd.org/bookshop

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate. rights@oecd.org Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal, 75116

Paris, France

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights



[Leia toda a versão em inglês na iBiblioteca OCDE \(OECD iLibrary\)!](#)

© OECD (2015), *Development Co-operation Report 2015: Making Partnerships Effective Coalitions for Action*, OECD Publishing.

doi: 10.1787/dcr-2015-en